

# CÂMARA MUNICIPAL DE OLHO D'ÁGUA DAS FLORES AV. RUI BARBOSA, 577 - CENTRO - FONE (082) 3623,1558 CNPJ - Nº 03.022..751/0001-05

Email:cmodflores@gmail.com

#### **TERMO DE CONTRATO**

PROCESSO Nº 1205013.1/2022

CONTRATO Nº 1205013.1/2023.10

CONTRATO DE **AQUISIÇÃO** DE GÊNERO ALIMENTÍCIO PARA AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL QUE, ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE OLHO D' ÁGUA DAS FLORES, E CARMO & RODRIGUES LTDA - ME.

A CÂMARA MUNICIPAL DE OLHO D' ÁGUA DAS FLORES, com sede na administrativa no endereco Rua Rui Barbosa, 577, Centro, CEP 574.42-000, inscrito no CNPJ sob o nº 03.022.751/0001-05, neste ato representado por seu Presidente, Sra. JOZELIA VIEIRA CAVALCANTE, CPF nº 534.147.054-00 e RG nº 803.162 SSP/AL, no uso de suas atribuições legais, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa CARMO & E RODRIGUES LTDA - ME., inscrita no CNPJ sob o nº 14.003.565/0001-37, com sede na Rua do Comercio, 317, Centro, Olho D'Água das Flores – Estado de Alagoas, CEP de nº 57.442-000, denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. REINALDO CAVALCANTE DO CARMO, portador(a) da Cédula de Identidade nº 1.698.181 SSPAL e CPF nº 029.967.544-09, tendo em vista o que consta no Processo nº 1205013.1/2022, e o resultado da Dispensa de licitação nº 10/2023, com fundamento na Lei nº 8.666, de 1993, e demais legislações correlatas, resolvem celebrar o presente instrumento, mediante as cláusulas e as condições seguintes:

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O contrato tem como objeto a aquisição de gênero alimentício, visando atender às necessidades da Câmara Municipal de Olho d' Água das Flores, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, de acordo com os valores ofertados pela Contratada, constantes em Anexo deste instrumento.

#### 2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO LOCAL, DA QUANTIDADE E DO PRAZO DE ENTREGA DO MATERIAL

- 2.1. O material deverá ser entregue conforme local e quantidades discriminados nos pedidos de fornecimento.
- 2.2. O prazo de entrega do material será de 01 (um) dia consecutivos ao recebimento da solicitação.

#### 3. <u>CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA</u>

#### 3.1. A CONTRATADA obriga-se a:

- 3.1.1. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;
  - 3.1.1.1. Os bens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 3.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
  - 3.1.2.1. Este dever implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo fixado no Termo de Referência, o produto com avarias ou defeitos;

3.1.3. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação:





# CÂMARA MUNICIPAL DE OLHO D'ÁGUA DAS FLORES AV. RUI BARBOSA, 577 – CENTRO – FONE (082) 3623.1558 CNPJ - Nº 03.022..751/0001-05 Email:cmodflores@gmail.com



- **3.1.4.** Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- **3.1.5.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- **3.1.6.** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato:
- **3.1.7.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- **3.1.8.** Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, físcais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

#### 4. CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 4.1. A CONTRATANTE obriga-se a:
  - **4.1.1.** Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;
  - **4.1.2.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
  - **4.1.3.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de servidor especialmente designado;
  - **4.1.4.** Efetuar o pagamento no prazo previsto.

#### 5. CLÁUSULA QUINTA - DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 5.1. Os bens serão recebidos:
  - a. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta.
  - **b.** Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará no prazo fixado no Termo de Referência.
  - **5.1.1.** Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- **5.2.** A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

#### 6. CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR DO CONTRATO

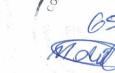
6.1. O valor do contrato é de R\$ 5.641,56 (Cinco Mil, Seiscentos e Quarenta e Um Reais e Cinquenta e Seis Centavos).

B

LIM Chee



#### CÂMARA MUNICIPAL DE OLHO D'ÁGUA DAS FLORES AV. RUI BARBOSA , 577 – CENTRO – FONE (082) 3623.1558 CNPJ - № 03.022..751/0001-05



#### Email:cmodflores@gmail.com

**6.1.1.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, materiais de consumo, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto contratado.

### 7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

- 7.1. O prazo de vigência do contrato será até 31 de dezembro de **2023**, a partir da data da assinatura do instrumento, nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
  - **7.1.1.** A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar.

#### 8. CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

- **8.1.** O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela CONTRATADA.
- **8.2.** O pagamento somente será efetuado após o "atesto", pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA.
  - **8.2.1.** O "atesto" fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA e do regular cumprimento das obrigações assumidas.
- **8.3.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.
- **8.4.** Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta aos sítios oficiais, para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.
- **8.5.** O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.
- 8.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- **8.7.** A CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA, que porventura não tenha sido acordada no contrato.
- **8.8.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

 $EM = I \times N \times VP$ 

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

 $I = \frac{(6/100)}{365}$ 

Emany

My Same



#### CÂMARA MUNICIPAL DE OLHO D'ÁGUA DAS FLORES AV. RUI BARBOSA , 577 – CENTRO – FONE (082) 3623.1558 CNPJ - Nº 03.022..751/0001-05

#### Email: cmodflores@gmail.com

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

#### 9. CLÁUSULA NONA - DO PRECO

9.1. Os preços são fixos e irreajustáveis.

#### 10. CLÁUSULA DEZ – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**10.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados em orçamento próprio para este exercício, na dotação abaixo discriminada:

**Órgão:** 01 – **Câmara Municipal Unidade:** 010- **Câmara Municipal** 

Atividade: 01.010.01.031.0001.2001 - Manutenção da Câmara Municipal

Natureza da despesa - 309030 - Material de Consumo

#### 11. CLÁUSULA ONZE – DA FISCALIZAÇÃO

- **11.1.** A fiscalização do presente Contrato será exercida por **Clemens Santana Machado**, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato e de tudo dará ciência à Administração.
- 11.2. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

#### 12. CLÁUSULA DOZE - DAS ALTERAÇÕES

- 12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- **12.2.** A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.
  - **12.2.1.** As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

## 13. CLÁUSULA TREZE - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- **13.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, e da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que, no decorrer da contratação:
  - **13.1.1.** Inexecutar total ou parcialmente o contrato;
  - 13.1.2. Apresentar documentação falsa;

Juann Carlant

13.1.3. Comportar-se de modo inidôneo;



# CÂMARA MUNICIPAL DE OLHO D'ÁGUA DAS FLORES AV. RUI BARBOSA , 577 – CENTRO – FONE (082) 3623.1558 CNPJ - № 03.022..751/0001-05

Email:cmodflores@gmail.com



- 13.1.5. Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital e no contrato.
- **13.2.** A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
  - **a.** Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

#### b. Multa:

- **b.1.** Moratória de até 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 30 (trinta) dias;
- **b.2.** Compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato.
- c. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Câmara Municipal de Olho d' Água das Flores, pelo prazo de até dois anos;
- d. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até cinco anos;
- e. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;
- 13.2.1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- **13.3.** Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:
  - **13.3.1.** tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos:
  - 13.3.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
  - **13.3.3.** demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- **13.4.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.
- 13.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

Smart

Paufcont



#### CÂMARA MUNICIPAL DE OLHO D'ÁGUA DAS FLORES AV. RUI BARBOSA , 577 – CENTRO – FONE (082) 3623.1558 CNPJ - Nº 03.022..751/0001-05

#### Email:cmodflores@gmail.com

- 13.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Órgão, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.
  - **13.6.1.** Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- **13.7.** As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

# 14. CLÁUSULA QUATORZE – DA RESCISÃO CONTRATUAL

- 14.1. São motivos para a rescisão do presente Contrato, nos termos do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993:
  - 14.1.1. o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
  - 14.1.2. o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
  - **14.1.3.** a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão do fornecimento, nos prazos estipulados;
  - 14.1.4. o atraso injustificado no início do fornecimento;
  - 14.1.5. a paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
  - **14.1.6.** a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no Contrato;
  - **14.1.7.** o desatendimento às determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
  - **14.1.8.** o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do  $\S 1^\circ$  do art. 67 da Lei n° 8.666, de 1993;
  - 14.1.9. a decretação de falência, ou a instauração de insolvência civil;
  - 14.1.10. a dissolução da sociedade, ou falecimento da CONTRATADA;
  - **14.1.11.** a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do Contrato;
  - **14.1.12.** razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;
- **14.1.13.** a supressão, por parte da Administração, acarretando modificação do valor inicial do Contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993
- 14.1.14. a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna, guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações, mobilizações e outras previstas, assegurada à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;

Carrie



## CÂMARA MUNICIPAL DE OLHO D'ÁGUA DAS FLORES AV. RUI BARBOSA , 577 - CENTRO - FONE (082) 3623.1558 CNPJ - Nº 03.022..751/0001-05

#### Email:cmodflores@gmail.com

14.1.15. o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes de fornecimentos, ou parcelas destes, já recebidos, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurada à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão de cumprimento de suas obrigações, até que seja normalizada a situação;

14.1.16. a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução

do Contrato;

- 14.1.17. o descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 1993, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.
- 14.2. Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 14.3. A rescisão deste Contrato poderá ser:
  - 14.3.1. determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nas cláusulas 14.1.1 a 14.1.12, 14.1.16 e 14.1.17;
  - 14.3.2. amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração:
  - 14.3.3. judicial, nos termos da legislação.
- 14.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
- 14.5. Quando a rescisão ocorrer com base nas cláusulas 14.1.12 a 14.1.16, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:
  - 14.5.1. pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão.
- 14.6. A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a execução da garantia contratual, para ressarcimento da CONTRATANTE, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos, bem como a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento.
- 14.7. O termo de rescisão deverá indicar, conforme o caso:
  - 14.7.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
  - 14.7.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
  - 14.7.3. Indenizações e multas.

# 15. CLÁUSULA QUINZE - DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 10.520, de 2002, na Lei nº 8.078, de 1990 -Código de Defesa do Consumidor, na Lei Complementar nº 123, de 2006, e na Lei nº 8.666, de 1993, subsidiariamente, bem como nos demais regulamentos e normas administrativas correlatas, que fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de suas transcrições.

16. <u>CLÁUSULA DEZESSEIS – DA PUBLICAÇÃO</u>



# CÂMARA MUNICIPAL DE OLHO D'ÁGUA DAS FLORES AV. RUI BARBOSA, 577 – CENTRO – FONE (082) 3623.1558 CNPJ - № 03.022..751/0001-05 Email:cmodflores@gmail.com



**16.1.** Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato deste Contrato na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.

# 17. CLÁUSULA DEZESSETE – DO FORO

17.1. Fica eleito o foro da Cidade de **Olho d' Água das Flores**, Estado de Alagoas, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito.

Olho d' Água das Flores/AL, 15 de fevereiro de 2023.

JOZELIA VIEIRA CAVALCANTE PRESIDENTE DA CAMARA – CONTRATANTE MANOEL MESSIAS RODRIGUES 1º SECRETARIO – CONTRATANTE

JILVANEIDE BARBOSA ALCANTARA 2° SECRETARIA – CONTRANTE CARMO & RODRIGUES LTDA ME CONTRATADO

CLEMENS ANTANA MACHADO GESTOR DE CONTRATO

•



# CÂMARA MUNICIPAL DE OLHO D'ÁGUA DAS FLORES AV. RUI BARBOSA, 577 – CENTRO – FONE (082) 3623.1558 CNPJ - Nº 03.022..751/0001-05 Email:cmodflores@gmail.com



## ANEXO DO CONTRATO Nº 1205013.1/2023.10

Este documento é parte do Contrato acima referenciado, celebrado entre o Câmara Municipal de Olho d' Água das Flores e a empresa CARMO E RODRIGUES LTDA - ME, cujos itens e respectivos preços estão a seguir descritos na proposta de preços anexada, em face da realização da Dispensa de Licitação nº 010/2023.

# ANEXO DO CONTRATO

		Т				Ophi	7,
6	ر.	4	ω	2	ъ	ITEM	1
Óleo de soja vegetal, envasado em garrafa plástica resistente transparente, ou lata contendo 900 ml, com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Validade mínima de 12 (doze) meses a contar da data de entrega	Biscoito Doce, tipo Maria ou Maisena, de sabor, cor e odor característicos, textura crocante, acondicionado em embalagem resistente de polietileno atóxico transparente de dupla face, contendo 400g, com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Isento de sujidades, parasitas, larvas e material estranho. Validade mínima de 06 (seis) meses, a contar da data de entrega.	Biscoito Salgado, tipo Cream-Cracker, de textura crocante, com odor, sabor e cor característicos, acondicionado em embalagem resistente de polietileno atóxico transparente de dupla face, contendo 400 gramas, com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Isento de sujidades, parasitas, larvas e material estranho. Validade mínima de 06 (seis) meses, a contar da data de entrega	Leite integral (sem adição de açúcar e com menos de 5,5g de gordura saturada em 200g do produto), cor, aroma e odor característico, não rançoso, acondicionado em embalagem de papelão tipo longo vida, contendo 1 l, com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. O produto deverá possuir selo de inspeção do órgão competente. Validade mínima de 03 (três) meses a contar da data de entrega.	Café em pó tipo 1, tradicional, torrado e moído, com certificado de selo de pureza ABIC, acondicionado em embalagem de polietileno resistente, atóxica, tipo almofada, contendo 500 gramas, data de fabricação e validade. Isento de sujidades, parasitas, larvas e material estranho. Validade mínima de 04 (quatro) meses a contar da data de entrega	Acúcar Crsital condicionado em embalagem resistente de polietileno atóxico transparente contendo 1kg com identificação na embalagem dos ingredientes, valor nutriconal,peso,fornecedor, data de fabricação e validade minima de 12 (doze) meses, a contar da data de entrega.,	PRODUTO	
UNID.	UNID.	UNID.	UNID.	UNID.	KG.	NIDADE	
12	96	96	36	96	144	UNIDADE QUANTIDADE	
R\$ 9,40	R\$ 5,99	R\$ 4,79	R\$ 5,25	R\$ 16,00	R\$ 3,40	V. UNIT	CARMO E RODRIGUES
R\$	9 R\$	9 R\$	R\$	D R\$	<b>R</b> S	<b>.</b>	DRIGUE
112,80	575,04	459,84	189,00	1.536,00	489,60	V. TOTAL	S

R\$ 5.641,56	R\$		TOTAL			Dala dula sapor libricia. Elibrica	13	
252,00	R\$	8,40	R\$	30	UNID.	Rala dura cabor hortelä. Embalagem de 600g contendo aproximadamete 120 unidades		
420,00	R\$	3,50	R\$	120	UNID.	Caiva de chá com 10 sachês de 20g	1	
16/,/6	₹.	6,99	R\$	24	UNID.	Refrigente de soda 2lt.	12	
75 E37	7,70	0,55	. ₹	24	UNID.	Refrigente de guaraná 2lt.	11	
167 76	D¢.	500	25	12	ONIO.	Refrigente de cola 2lt.	10	
204,00	RS.	8.50	R¢	7/		Bua Milicial Cili Bullata Property	9	
600,00	R\$	7,50	R\$	80	UNID.	Água Mineral em garrafão plástico de 20 litros.		
סר,סטנ		2,22	3	120	UNID.	Milho de Pipoca Amarela — Tipo A acondicionado em embalagem de 500g.	×	
UV Sec	DĊ	,	3 3			do órgão competente. Validade minima de Ob (seis) meses a collida da data da cililega.		
81,36	RS	6.78	RS				6	j.
						ldo produto, marca do fabricante, validade, data de embalagem, peso líquido e selo de inspeção	-	No. of the last of
				7.2	ONIO.	Lembalagem resistente de polietileno, contendo 500g. Contendo na embalagem a identificação	7	OW
				1)				5
						Margarina com sal. com 80% de teor de gordura, refrigerado, não rançoso, acondicionado em		^
							7	
							CW CW	1
						The state of the s	2	(C)
							A	LAC